

Relações Internacionais – primeiros (per)curso

António José Teixeira*

O ensino das Relações Internacionais com legitimidade universitária tem vindo a dar os primeiros passos em Portugal na última década. Sendo um país que a História regista como tendo dado novos mundos ao mundo, cedo afirmámos a nossa vocação de interlocutores e intermediários no contacto internacional. Séculos passaram e fomos evoluindo para um certo isolamento que culminou num «orgulhosamente sós». Hoje os horizontes são outros e Portugal pode assumir-se como espaço privilegiado para um diálogo que tire partido da nossa experiência e facilidade de mediação internacionais. Esta abertura exige um conhecimento actualizado e transdisciplinar à escala mundial. É que a posição geoestratégica dos Estados joga-se em terrenos permanentemente em evolução que não se compadecem com ignorância ou indiferença.

A primeira licenciatura em Relações Internacionais surgiu entre nós na Universidade do Minho (Braga) em 1981, na sequência do bacharelato em Línguas Vivas e Relações Internacionais que aí decorreu nos quatro anos anteriores. Um ano depois seria lançada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa a segunda licenciatura. Finalmente, em 1986, uma universidade privada – a Universidade Lusíada – funda uma licenciatura homónima, ainda que não reconhecida oficialmente.

Até esta altura há cerca de 150 licenciados que têm tido sorte diversa num mercado de trabalho, regra geral, ainda pouco sensibilizado para a importância que os especialistas em relações internacionais podem ter a diversos níveis, seja o caso das empresas industriais e de serviços com vocação de importação ou exportação, seja dos departamentos oficiais ligados ao comércio, ao turismo, à cooperação, à diplomacia ou à defesa.

Como diz Medeiros Ferreira¹, «somos um país de articulação entre várias regiões marítimas e terrestres», logo, quando apostamos no desenvolvimento ou na modernização importa valorizar o nosso património geoestratégico e escolher áreas que melhor nos projectem e defendam no quadro dos compromissos e alianças preferenciais assumidos. Daí que assegurar o concurso de especialistas em relações internacionais seja um investimento a intensificar com vista a melhorar a eficácia das

opções a tomar.

Um objecto científico não consensual

A ciência das relações internacionais, se é que podemos falar de uma ciência autónoma, forma aquilo que alguns denominam «ciência política externa», entendida como estudo do poder – ou dos poderes – e das relações de força entre Estados. Assim, como reconhece D. Colard, professor na Faculdade de Besançon (França), «as relações internacionais são no direito internacional o que a ciência política é no direito constitucional». Ciência que encontra e se atravessa em vários campos do saber e da experiência, não suscitou até hoje um consenso definitivo sobre o seu objecto. Entre outras, podemos detectar algumas correntes privilegiando determinados ângulos de análise. Se encontramos quem se detenha fundamentalmente num estudo mais pragmático dos factos e acontecimentos internacionais, deparamos também com correntes mais preocupadas com a análise dos aspectos institucionais abordados de uma perspectiva essencialmente jurídica. Contudo, a maioria dos especialistas em relações internacionais congrega-se sobretudo numa *démarche* de ciência política, ou politológica se preferirem, procurando encadear e explicar a realidade internacional à luz de teorias gerais.

Esta problemática científica desenvolveu-se primeiramente entre os anglo-saxões, sobretudo entre as décadas de 40 e 60, graças a contributos como os de Toynbee, Morgenthau ou de John Hers. Mas, se tentarmos aprofundar a pesquisa em torno dos pioneiros na reflexão sobre aquilo que academicamente se designa por relações internacionais, encontramos Nicholas Machiavel que no século XVI, em plena Renascença, reconhecia a ruptura com a organização internacional medieval ao afirmar-se o Estado soberano. A *Arte da Guerra* (1521) e *O Príncipe* (1527) ficam como obras fulcrais para a teorização das relações internacionais. Permanentemente somos colocados perante uma dialéctica da paz e da guerra que via o soldado na arte da estratégia e o diplomata na arte da negociação. Aliás, a guerra e as suas determinantes dominam as preocupações de uma história diplomática na qual entroncam as relações internacionais. História diplomática cujo valor de análise é recusado por Marx e Lenine, autores pertinentes neste capítulo, ao contraporem «a análise da situação objectiva das classes dirigentes de todas as potências beligerantes»². A perspectiva marxista põe o acento tónico na organização social, encarando assim a política externa como reflexo da organização interna dos Estados.

De algum modo influenciado por Machiavel e Hobbes, Hans Morgenthau, fundador nos

anos 40 da escola americana, mostra-se contrário a concepções sistemáticas das relações internacionais, propondo antes um levantamento racionalizado dos fenómenos endo em atenção a contingência histórica. Autor de *Politics Among Nations*, Morgenthau entende a política internacional como «o esforço contínuo para manter e aumentar o poder da própria nação e para limitar ou reduzir o poder das outras nações». É uma tese realista da política internacional assente no desejo de sobrevivência e afirmação da natureza humana.

A importância do fenómeno guerra

As condições de segurança, de guerra e paz entre os Estados são o principal objecto identificador das várias tentativas de teorização do domínio das relações internacionais. Caso do americano John Hers, que identificou a afirmação das nações com a necessidade de segurança. Ainda no espaço anglo-saxónico refira-se Toynbee, fundador nos anos 40 do Royal Institute of International Affairs. A pedra de toque das suas investigações é a noção de «agressão-resposta», entendida como envolvendo Estados soberanos preocupados em assegurar a ordem vigente segundo um princípio de equilíbrio de poderes.

E chegamos a Raymond Aron, aquele de que Henry Kissinger disse ser «impossível estudar os assuntos internacionais sem nos referirmos a ele». De facto, a sua acção intelectual marca o estudo das relações internacionais, sobretudo a partir da publicação do seu livro *Paix et Guerre entre les Nations* (1962), contribuindo de forma decisiva para a auto-nomização da ciência das relações internacionais. Para Aron, aquilo que faz a sua especificidade é «a legitimidade ou a legalidade do recurso à força armada por parte dos intervenientes», isto é, o recurso à violência entre as nações. Para Adriano Moreira, responsável pelo curso de Relações Internacionais do ISCSP, Aron «introduziu uma perspectiva de *idealismo céptico* na análise das ciências políticas em geral e das relações internacionais em particular. Foi, sem dúvida, o autor que mais claramente sustentou que a guerra é o fenómeno determinante da autonomia académica e científica das relações internacionais». Guerra entendida não como «continuação da política por outros meios» (Carl Von Clausewitz, 1832), mas como definidora da própria política. Com Raymond Aron ganha relevo a importância da estratégia dissuasora para a segurança e paz internacionais. E aqui está em causa toda a problemática envolvente da defesa dos estados, já que as dimensões política, diplomática e estratégica das relações internacionais conferem à defesa um enfoque alargado que não se confina apenas ao dispositivo militar, mas que envolve uma teia

de relações diversas. Sublinhe-se um certo esbatimento de fronteiras entre o nacional e o internacional, o público e o privado, o político e o económico, o diplomático e o estratégico, que faz da sociedade internacional um sistema globalizante em que se atravessam dimensões várias. As relações internacionais surgem assim, nas palavras de D. Colard, como «une science – *carrefour* ou une *science synthèse* en pleine évolution qui fait appel à de nombreuses disciplines (sociologie, histoire, droit, stratégie, économie, etc, ... »³.

A legitimação universitária

Local privilegiado para o desenvolvimento das ciências, a Universidade tem vindo a assumir responsabilidades no estabelecimento de um espaço próprio para o estudo das relações internacionais. Nos anos 50 e 60, dado o interesse que os Estados Unidos votaram a este domínio, chegou a colocar-se a dúvida na Europa se as relações internacionais não seriam uma «especialidade americana». Isto porque só no final dos anos 70 – salvo o caso da Grã-Bretanha – é que a Universidade do velho continente começou a dedicar-se a esta área de estudos. Anteriormente apenas as faculdades de Direito lhe prestavam alguma atenção, nomeadamente através da disciplina de Direito Internacional Público. Só mais tarde se ultrapassou a tendência de análise jurídico-institucional com a progressiva autonomização do estudo das relações internacionais. Autonomização para que contribuíssem precursores como Raymond Aron, inúmeros colóquios, revistas e até a fundação de institutos e centros de estudo entregues à pesquisa e ao debate. Contam-se neste caso, por exemplo, o International Institute for Strategic Studies de Londres, ou o Institut Universitaire de Hautes Études Internationales de Genève, organismos responsáveis por debates e investigações que têm marcado a reflexão sobre a paz, a soberania, estratégia e segurança internacionais, conflitos regionais ou o controlo de armamentos.

Portugal – licenciaturas oficiais de difícil acesso

Para além de iniciativas esporádicas de debate e da integração de algumas disciplinas que interessam às relações internacionais em cursos de Direito ou de História, em Portugal só em 1975 a Universidade do Minho avançou com um bacharelato que, curiosamente, se centrava mais no estudo linguístico que nas relações internacionais. Seis anos depois a experiência aconselhou a autonomização académica definitiva, instituindo-se naquela Universidade, pela primeira vez, a licenciatura em Relações Internacionais com cinco anos de curso. Justificada pelo «alargamento das relações

de Portugal a nível internacional nos domínios político, cultural e económico» e pela «necessidade de especialistas com formação superior que, a par de suficiente preparação sócio-cultural, disponham de preparação adequada que permita o conhecimento dos principais problemas internacionais», cedo suscitou a adesão de muitos interessados, ainda que o *numerus clausus* fosse muito apertado.

Em 1982 surgiria nova licenciatura em Relações Internacionais, desta feita no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Contando com o particular empenhamento do professor Adriano Moreira, o curso (de quatro anos) assumiu uma área vocacional alargada, ainda que se note um encaminhamento mais orientado pela Ciência Política. Registe-se que os dois anos iniciais são «tronco comum» aos cursos de Comunicação Social, Política Social, Antropologia, Gestão e Administração Pública e Relações Internacionais.

No ano seguinte a licenciatura da Universidade do Minho sofreu uma reestruturação, passando o seu plano de estudos a comportar quatro anos, tal como já acontecia no ISCSP, e a dividir-se em dois ramos distintos: o ramo Relações Culturais e Políticas e o ramo Relações Económicas e Políticas. Ao fim e ao cabo pretendeu-se uma maior especialização que atendesse às expectativas dos alunos e do potencial mercado de trabalho.

Como «não há fome que não dê em fartura», uma terceira licenciatura surge em 1986 numa universidade privada recém-constituída – a Universidade Lusíada. O curso aparece alegadamente com um duplo interesse: um interesse de ordem pública, justificado pela necessidade de preparação de pessoal especializado, e um interesse universitário, já que se diz que este curso «não é uma duplicação dos já existentes», mas que depois, pela observação do seu plano de estudos, se verifica não ter qualquer especificidade a não ser a de comportar cinco anos.

Passou-se assim de uma situação de falta de iniciativa universitária para «agarrar» as Relações Internacionais como ciência autónoma para uma situação que a breve prazo corre o risco de contar com um excesso de licenciados face à capacidade de absorção que o mercado revela. E isto sobretudo porque, paralelamente a *numerus clausus* que raramente têm ultrapassado os 40 em cada curso oficial (este ano cifraram-se em 40 no ISCSP e 30 na Universidade do Minho), na Universidade Lusíada ingressaram no último ano quase duas centenas de alunos. Tudo aponta assim para um certo aproveitamento de um interesse notório que o curso conhece junto dos candidatos à Universidade, mas que deparam no ensino oficial com médias de ingresso muito elevadas (das mais altas na área das Ciências Sociais: em 1987/88, na Universidade

do Minho situaram-se nos 16,3 valores e no ISCSP nos 17). Perante esta dificuldade de acesso o ensino privado abre as suas portas sem grandes barreiras ou limitações.

Ainda que a grande maioria dos que vêm para este curso afirmem que ingressaram por gosto, muitos chegam um pouco por acaso, pois não dispuseram de informações claras sobre o seu teor nem tomaram contacto significativo com matérias desse âmbito durante o curso secundário. Isto contrariamente ao que acontece noutros países. A Suécia, por exemplo, logo na designada «Escola de Base» e depois no Liceu se abordam questões como: tensão política, recursos militares no mundo, esforço internacional de paz e cooperação ou como funciona a sociedade em tempo de crise e de guerra.

É saliente que se estão a dar os primeiros passos. É uma ciência jovem em Portugal talvez «adolescente» –, daí que haja falta também de um corpo docente mais especializado. Constatação disso mesmo é a quase inexistência de portugueses doutorados em Relações Internacionais e o funcionamento do mestrado há pouco mais de cinco anos, exclusivamente no ISCSP.

Em termos de saídas profissionais o panorama não é muito animador, sobretudo quanto aos licenciados em Lisboa. O curso apresenta-se vocacionado para o exercício de funções qualificadas em organismos internacionais, nos serviços de relações internacionais de empresas ou instituições oficiais, na carreira diplomática e noutros sectores em que o contacto internacional se revela importante. Afastados da carreira docente, já que não se lhes reconhece qualquer habilitação própria, os recém-licenciados experimentam algumas dificuldades de penetração no mercado de trabalho.

Um caso típico é o do acesso à carreira diplomática. Realizam-se concursos anuais, promovidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, não se dando qualquer preferência aos licenciados em Relações Internacionais, colocados na letra do regulamento respectivo em pé de igualdade com qualquer outra licenciatura. Pelo contrário, o peso da tradição, a constituição dos júris (predominantemente integrados por pessoas da área do Direito) ou a deficiente preparação dos licenciados em Relações Internacionais têm ditado que as escolhas conduzam maioritariamente aos licenciados em Direito. Aliás, desde 1974 até hoje, 46 por cento dos que ingressaram na carreira diplomática tinham formação jurídica. No último concurso, das 31 vagas preenchidas, 20 foram por licenciados em Direito e apenas três por licenciados em Relações Internacionais. Destes três últimos, um formou-se em Nova Iorque, outro em S. Paulo e o terceiro no ISCSP: o primeiro licenciado em Portugal neste domínio a

ingressar na diplomacia.

Outras saídas profissionais têm-se revelado difíceis, salvo o caso dos licenciados pela Universidade do Minho, particularmente os do ramo das Relações Económicas e Políticas, que têm obtido boa receptividade junto do meio empresarial.

Reestruturar os cursos

A institucionalização de seminários ou cursos após o 4.º ano ou a (re)introdução de um 5.º ano que possibilite

LICENCIATURA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PLANOS CURRICULARES EM VIGOR

	UNIVERSIDADE DO MINHO		UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA ISCSP*	UNIVERSIDADE LUSÍADA
	RAMO RELAÇÕES CULTURAIS E POLÍTICAS	RAMO RELAÇÕES ECONÓMICAS E POLÍTICAS		
1.º Ano	Antropologia geral	Macroeconomia	Princípios Gerais de Direito	Ciência Política
	Teoria e Método em Ciências Sociais	Matemáticas Gerais	Introdução às Ciências Sociais	Economia Política
	Matemática e Estatística para as Ciências Sociais	Introdução ao Direito	Matemática e Estatística para as	Introdução ao Direito Público
	Introdução ao Direito	Cálculo Financeiro	Ciências Sociais I	História de Portugal I
	Língua Inglesa I	Lógica e Epistemologia do Conhecimento	Geografia Histórica	Francês
		Língua Inglesa I		Inglês

	Língua Francesa I	Língua Francesa I		
2.º Ano	Sociologia Geral Economia História Contemporânea Ciência Política Direito Constitucional Teorias da Comunicação e da Informação Língua Inglesa 11 Língua Francesa 11	Microeconomia Programação e Informática Contabilidade Geral Sociologia Direito Constitucional Ciência Política Língua Inglesa 11 Língua Francesa 11	Introdução à Metodologia das Ciências Sociais Ciência Política Antropologia Economia Demografia Língua Inglesa 11 Língua Francesa 11	Direito Internacional Público Direito Internacional Privado Economia Internacional I História de Portugal II Francês Inglês
3.º Ano	História das Ideias Políticas e Sociais Economia Internacional Política Internacional Sistemas Económicos Sociedade e Cultura Anglo-Americana Sociedade e Cultura Francesa	Desenvolvimento Económico Comércio Internacional Estatística Direito Comercial História das Ideias Políticas e Sociais Política Internacional	História dos Tratados Geopolítica Estratégia e Relações de Poder Direito Internacional Público Direito Internacional Privado Economia Internacional Assistência Técnica e Cooperação Internacional	Sistema Internacional Teoria das Relações Internacionais Política Internacional I Organizações Políticas Internacionais Organizações Económicas Internacionais Ideologias Políticas

	Métodos de Investigação em Comunicação Social e Estudos de Opinião Pública		Organizações Internacionais - ONU	
	Sociologia da Informação		Organizações Internacionais - Organizações Técnicas e Científicas	
4.º Ano	Povos e Culturas dos Países Tropicais de Língua Portuguesa	Economia Monetária e Financeira Internacional	Sociologia da Informação	Política Internacional III
	Mentalidades e Cultura Portuguesa	Integração Económica	Análise de Conteúdo	História da Diplomacia Portuguesa
	Problemas Políticos e Económicos dos Países Tropicais de Língua Portuguesa	Marketing	Integração Europeia	Política Externa dos Estados
		Análise Económica e Financeira da Empresa	História Contemporânea (cadeira de opção)	Integração Europeia
	Direito Internacional	Direito Internacional	Continente Africano (cadeira variável)	História da África Lusófona
	Organizações Políticas e Culturais Internacionais	Organizações Económicas Internacionais	Seminário de Práticas Diplomáticas	Opções
	História da Diplomacia Portuguesa	Organizações Políticas e Culturais	Seminário de Diplomacia Nacional	

	Problemas da Actualidade	Internacionais		
	Internacional	História da Diplomacia Portuguesa		
	Informação Internacional			
5.º Ano				Política Mundial das Superpotências Relações Internacionais da Europa Ocidental Relações Internacionais da África Relações Internacionais da Europa de Leste Relações Internacionais da Ásia Relações Internacionais da América Latina Seminário**

• Durante o curso os alunos deverão prestar provas de conhecimento em duas línguas estrangeiras, de entre inglês, francês, espanhol, alemão, russo, árabe e chinês.

•• O tema será anualmente acordado pelo Conselho Escolar do Departamento.

uma especialização é uma das tónicas que poderá caracterizar uma eventual proposta de reestruturação das licenciaturas oficiais. De qualquer modo, parece existir consenso no sentido de reforçar a formação específica com vista a melhor corresponder às exigências do potencial mercado de trabalho. No entanto, importa ter em conta que a ciência das relações internacionais só pode evoluir num curso transdisciplinar que exige uma formação de base alargada e atenta às mudanças que o futuro torna quotidianas.

Notas

¹ Ferreira, 1, Medeiros, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, IN-CM, 1981, p.42.

² Lenine, V.I., *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*, Éditions Sociales, Paris, 1979, p.10.

³ *Les Relations entre les Universitaires et la Défense dans les Pays Européens*, Actes du Colloque de Strasbourg, Setembro de 1985.

Não foram referidos neste artigo os centros de estudos universitários nem os institutos, civis ou militares, que também se debruçam sobre esta área. Constituirão matéria de um próximo trabalho.